

Direção-Geral da Concorrência (DG COMP)

Publicação de uma vaga para o cargo de economista principal para a concorrência (m/f) (grau AD 14)

(Contratação de um agente temporário ao abrigo do artigo 2.º, alínea a), do Regime Aplicável aos Outros Agentes)

COM/2024/10445

Quem somos

Em colaboração com as autoridades nacionais da concorrência, a Comissão assegura a aplicação direta das regras de concorrência da União Europeia, a fim de melhorar o funcionamento dos mercados, garantindo a igualdade e a equidade das condições de concorrência entre as empresas, com base no respetivo mérito, em benefício dos consumidores, das empresas e da economia europeia no seu conjunto.

Na Comissão, a Direção-Geral da Concorrência (DG COMP) é a principal responsável pela aplicação direta das regras da concorrência.

As direções operacionais da DG COMP formam parte de uma estrutura matricial em que os diferentes instrumentos de concorrência (anti-*trust*, concentrações e auxílios estatais) são geridos em torno de setores-chave da economia. A DG COMP é igualmente responsável pela execução da regulamentação relativa às plataformas digitais e às subvenções estrangeiras.

O economista principal para a concorrência e a sua equipa prestam assistência à DG COMP na avaliação do impacto económico das suas ações nos domínios das concentrações, anti-*trust*, auxílios estatais e regulamentação relativa às plataformas digitais e às subvenções estrangeiras. Incumbe-lhe também, juntamente com a sua equipa, proporcionar orientações sobre questões metodológicas de economia e econometria no âmbito da aplicação das regras de concorrência da UE, contribuir para o tratamento de processos de concorrência específicos (em especial, os que envolvem questões económicas complexas e análises quantitativas) e para a elaboração de análises ou instrumentos específicos.

O economista principal para a concorrência também aconselha o membro da Comissão responsável pela Concorrência sobre questões deste domínio.

O posto é classificado ao nível de diretor (AD 14). Trata-se de um mandato temporário de três anos, renovável por um período máximo de dois anos.

O que propomos

A DG COMP pretende encontrar um sucessor para o seu atual economista principal para a concorrência, cujo posto ficou vago em 1 de agosto de 2023. O economista principal para a concorrência dependerá diretamente do Diretor-Geral. Assumirá três grandes funções:

- Emitir orientações sobre questões metodológicas em matéria de economia e econometria na aplicação das regras da concorrência da UE. Não participará nas atividades de elaboração de políticas, mas poderá, ocasionalmente, ser chamado a contribuir para a elaboração de análises e instrumentos específicos;
- Emitir orientações gerais sobre processos individuais de concorrência desde uma fase inicial;
- Emitir orientações circunstanciadas nos processos de concorrência mais importantes que envolvam questões económicas complexas, em especial nos processos que exijam uma análise

quantitativa sofisticada. Tal pode implicar o eventual destacamento de um membro do pessoal afeto à equipa do economista principal junto da equipa responsável por um processo específico.

O seu parecer final sobre os processos de concorrência importantes será transmitido ao comissário responsável pela Concorrência e, se for caso disso, ao Colégio de Comissários.

O economista principal para a concorrência dispõe de uma equipa especializada de cerca de 29 economistas e dois assistentes (repartidos por duas unidades e geridos por dois chefes de unidade), metade dos quais são funcionários permanentes e os restantes agentes temporários. O economista principal para a concorrência e a sua equipa cooperarão, quando adequado, com os restantes membros da Direção-Geral, em especial com aqueles que dispõem de conhecimentos especializados no domínio económico.

Durante o seu mandato, o economista principal para a concorrência pode publicar trabalhos e exercer funções docentes limitadas desde que tal não interfira com o seu mandato.

Perfil pretendido (critérios de seleção)

Os candidatos devem ter:

Competências de gestão

- Capacidade para liderar, motivar e inspirar uma equipa de economistas altamente qualificados, definir planos, objetivos e prioridades, solicitar o contributo do pessoal e proporcionar orientações sobre aspetos técnicos e estratégicos;
- Muito boa capacidade de pensamento estratégico, forte capacidade para pensar de forma inovadora e para introduzir inovações nos domínios abrangidos pela Direção-Geral, bem como para assegurar o seu acompanhamento eficaz através de uma abordagem orientada para o serviço e para os resultados.

Competências e experiência especializadas

- Competências e conhecimentos comprovados na análise dos aspetos económicos de questões de concorrência, demonstradas por um percurso académico sólido e, em especial, por publicações em revistas académicas reconhecidas, pelo exercício de funções consultivas em organismos públicos, por estudos e, eventualmente, atividades de consultoria nos diversos domínios da política de concorrência;
- Além da sua formação de base, uma especialização em organização empresarial e experiência prática na análise de casos individuais de concorrência.

Qualidades pessoais

- Excelentes competências em matéria de comunicação oral e escrita que lhe permitam comunicar eficazmente com partes interessadas internas e externas.
- Capacidade para cooperar com interlocutores de alto nível, bem como para trabalhar em diferentes níveis da organização.

Condições de admissão (critérios de admissibilidade)

Só serão admitidos à fase de seleção os candidatos que, **até ao termo do prazo de candidatura**, cumprirem os critérios formais seguintes:

- Nacionalidade: os candidatos devem ser nacionais de um dos Estados-Membros da União Europeia.
- Título ou diploma universitário: os candidatos devem ter, alternativamente:
 - habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a quatro anos;
 - habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, e experiência profissional pertinente de, pelo menos, um ano, se a duração normal desses estudos for igual ou superior a três anos (este ano de experiência profissional não pode ser incluído na experiência pós-licenciatura abaixo exigida);
 - além disso, exige-se um doutoramento num ramo da economia ou da econometria pertinente para a política da concorrência.
- Experiência profissional: os candidatos devem possuir, pelo menos, 15 anos de experiência profissional pós-licenciatura¹ a um nível correspondente às qualificações mencionadas anteriormente. Pelo menos dez anos da referida experiência profissional pós-licenciatura devem ter sido adquiridos no desempenho de funções que envolvam a prestação de assessoria técnica em matéria económica em domínios pertinentes para este cargo².
- Experiência de gestão: pelo menos cinco anos da experiência profissional pós-licenciatura devem ter sido adquiridos no desempenho de funções de gestão de alto nível³.
- Línguas: os candidatos devem possuir um excelente conhecimento de uma das línguas oficiais da União Europeia⁴ e um conhecimento satisfatório de outra dessas línguas. Durante as entrevistas, os júris verificarão se os candidatos cumprem o requisito de um conhecimento satisfatório de outra língua oficial da UE, pelo que parte da entrevista pode decorrer nessa língua.
- Limite de idade: os candidatos devem poder completar, pelo menos, o mandato de três anos antes de atingirem a idade normal da reforma que, para os agentes temporários da União Europeia corresponde ao último dia do mês em que atingem 66 anos (ver o artigo 47.º do Regime Aplicável aos Outros Agentes⁵).

Seleção e nomeação

O processo de seleção e nomeação realizar-se-á em conformidade com os procedimentos de seleção e

¹ Para poder ser considerada como tal, a experiência profissional tem de constituir uma verdadeira relação de trabalho, definida como real, genuína e remunerada, envolvendo uma atividade por conta de outrem (qualquer tipo de contrato) ou a prestação de um serviço. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente, tendo por base a percentagem certificada de horas de trabalho a tempo inteiro. São tomadas em consideração as licenças de maternidade, paternidade e adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho. Os doutoramentos são equiparados a uma experiência profissional, mesmo que não remunerada, embora por um período máximo de três anos, desde que o doutoramento tenha sido concluído. Cada período de tempo só conta uma vez.

² No seu *curriculum vitae*, os candidatos devem assinalar claramente, em relação a todos os anos em que adquiriram experiência de assessoria económica, os elementos seguintes: (1) a designação e a natureza do cargo exercido e descrição das funções de assessoria económica exercidas; (2) a área temática e o nível do cargo na organização (o número de graus hierárquicos superiores e inferiores), as técnicas utilizadas e o objetivo da assessoria económica; (3) o beneficiário da assessoria económica e as linhas hierárquicas para cada posição detida.

³ No seu *curriculum vitae*, os candidatos devem indicar claramente, em relação a todos os anos em que adquiriram experiência de gestão, os elementos seguintes: (1) a designação e a natureza dos cargos de gestão exercidos; (2) o número de efetivos sob a sua responsabilidade no âmbito destas funções; (3) a dimensão dos orçamentos geridos; (4) o número de graus hierárquicos superiores e inferiores; e (5) o número de lugares de grau equiparável.

⁴ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A01958R0001-20130701>

⁵ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A01962R0031-20140701>

recrutamento da Comissão Europeia (ver: Documento sobre a política relativa aos funcionários superiores⁶).

No âmbito do presente processo de seleção, a Comissão Europeia constitui um júri de pré-seleção. O júri analisa todas as candidaturas, procede a uma primeira verificação da admissibilidade e, tendo em conta os critérios de seleção acima referidos, identifica os candidatos com o perfil mais adequado, que poderão ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção.

Após as entrevistas, o júri de pré-seleção elabora as suas conclusões e propõe a lista dos candidatos a convocar para outras entrevistas com o Comité Consultivo de Nomeações da Comissão Europeia (CCN). Tendo em conta as conclusões do júri de pré-seleção, o CCN decidirá dos candidatos a convocar para uma entrevista.

Os candidatos que forem convocados para uma entrevista com o CCN passarão um dia completo num centro de avaliação gerido por consultores externos de recursos humanos. Tendo em conta os resultados da entrevista e o relatório do centro de avaliação, o CCN elabora uma lista restrita dos candidatos que considera aptos para a função em causa.

Os candidatos à lista restrita da CCN serão entrevistados pelo membro da Comissão responsável pela concorrência.

Na sequência destas entrevistas, a Comissão Europeia adota a decisão de nomeação.

O candidato selecionado deve ter cumprido as obrigações impostas pela legislação relativa ao serviço militar, oferecer as garantias de idoneidade moral requeridas para o exercício das suas funções e estar fisicamente apto para o efeito.

O candidato selecionado deve possuir um certificado de credenciação de segurança válido ou estar em condições de o obter junto da respetiva autoridade nacional de segurança. A credenciação de segurança pessoal é uma decisão administrativa tomada após a conclusão de um inquérito de segurança efetuado pela autoridade nacional de segurança competente, em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares nacionais aplicáveis nesse domínio, que certifica que uma pessoa pode ser autorizada a aceder a informações classificadas até um determinado nível. (Note-se que o procedimento necessário para a obtenção de um certificado de credenciação de segurança só pode ser iniciado a pedido do empregador e não pelo candidato).

O candidato selecionado só poderá aceder a informações classificadas da UE (ICUE) de nível igual ou superior a CONFIDENTIEL UE/EU CONFIDENTIAL e participar em reuniões em que essas informações sejam abordadas uma vez emitido o certificado de credenciação de segurança pessoal pelo Estado-Membro em causa e concluído o processo de credenciação com as informações legalmente obrigatórias da Direção de Segurança da Comissão Europeia.

Igualdade de oportunidades

Em conformidade com o artigo 1.º-D do Estatuto dos Funcionários, a Comissão persegue o objetivo estratégico de alcançar a igualdade de género a todos os níveis de gestão até ao final do seu atual mandato e aplica uma política de igualdade de oportunidades, incentivando as candidaturas suscetíveis de contribuir para uma maior diversidade, igualdade de género e equilíbrio geográfico global.

Condições de emprego

A remuneração e as condições de emprego são as estabelecidas no Regime Aplicável aos Outros Agentes.

⁶ https://commission.europa.eu/jobs-european-commission/job-opportunities/managers-european-commission_pt (apenas em inglês).

O candidato selecionado será recrutado como agente temporário nos termos do artigo 2.º, alínea a), do Regime Aplicável aos Outros Agentes, desempenhando funções correspondentes ao posto de base de um diretor de grau AD 14. Será classificado no escalão 1 ou 2 desse grau, consoante a duração da sua experiência profissional.

Trata-se de um mandato temporário de três anos, que pode ser renovado por um período máximo de dois anos.

O candidato selecionado deve ter em conta que o Regime Aplicável aos Outros Agentes determina que todos os novos membros do pessoal devem concluir com êxito um período de estágio de nove meses.

O local de trabalho é Bruxelas. A vaga a prover está disponível desde 1 de agosto de 2023.

Independência e declaração de interesses

Antes de assumir funções, o candidato selecionado deverá apresentar uma declaração em que se comprometa a agir no interesse público e com independência e declarar quaisquer interesses suscetíveis de prejudicar a sua independência.

Informações importantes para os candidatos

Recorda-se aos candidatos que os trabalhos dos júris são confidenciais. Nem os candidatos nem quaisquer outras pessoas em seu nome estão autorizados a contactar, direta ou indiretamente, os seus membros. Todos os pedidos de informação devem ser enviados para o secretariado do respetivo júri.

Proteção de dados pessoais

A Comissão Europeia assegura que os dados pessoais dos candidatos são tratados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho⁷. Estas disposições aplicam-se, em particular, à confidencialidade e à segurança dos dados.

Processo de candidatura

Antes de apresentarem a candidatura, os candidatos devem verificar cuidadosamente se cumprem todos os critérios de admissibilidade («Condições de admissão»), em especial no que se refere aos tipos de diplomas e à experiência profissional de alto nível, bem como às capacidades linguísticas exigidas. O não cumprimento de algum desses critérios implica a exclusão automática do processo de seleção.

Caso pretenda candidatar-se, deve inscrever-se através do sítio da Internet a seguir indicado e observar as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://ec.europa.eu/dgs/human-resources/seniormanagementvacancies/>

Os candidatos devem ter um endereço de correio eletrónico válido, que será utilizado para confirmar a sua inscrição, bem como para manter o contacto ao longo de todo o processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve ser informada de qualquer alteração desse endereço eletrónico.

Para completar a candidatura, os candidatos devem apresentar, por via eletrónica, um CV em formato PDF, de preferência utilizando o modelo do CV Europass⁸, e uma carta de motivação (com 8 000 caracteres, no máximo). Os CV e as cartas de motivação dos candidatos podem ser apresentados em qualquer uma das línguas oficiais da União Europeia.

⁷ Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

⁸ Para informações sobre a elaboração de um CV Europass, consulte: <https://europa.eu/europass/pt/create-europass-cv>

É do interesse dos candidatos garantir a exatidão, a exaustividade e a veracidade dos dados constantes do respetivo processo de candidatura.

Uma vez terminado o processo de inscrição em linha, os candidatos receberão uma mensagem eletrónica a confirmar que a sua candidatura foi registada. **Se o candidato não receber uma mensagem eletrónica de confirmação, tal significa que a sua candidatura não foi registada.**

Os candidatos não poderão acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contactá-los-á diretamente para os informar da situação da sua candidatura.

As candidaturas enviadas por correio eletrónico não serão aceites. Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, os candidatos devem enviar uma mensagem eletrónica para: HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu

Compete aos candidatos concluir a inscrição eletrónica no prazo fixado. Recomenda-se vivamente aos interessados que não esperem pelos últimos dias para apresentarem a candidatura, pois uma saturação excecional das linhas ou uma eventual falha da ligação à Internet pode interromper a inscrição em linha antes da sua conclusão, obrigando à repetição de todo o processo. Uma vez terminado o prazo de apresentação das candidaturas, deixa de ser possível introduzir quaisquer dados. As inscrições fora de prazo não serão aceites.

Data-limite

A data-limite para o registo das candidaturas é **5 de abril de 2024, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas**, após o que as inscrições em linha deixarão de ser possíveis.